



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DA POLÍCIA CIVIL - ACADEPOL

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/SSP/DGPC/ACADEPOL/2014
DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO
20 de julho de 2014

ORIENTAÇÕES GERAIS

Esta prova objetiva, de caráter classificatório e eliminatório, é composta por 120 (cento e vinte) questões de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas de respostas (de “a” a “e”) e dessas alternativas, somente 01 (uma) deverá ser assinalada como correta.

Confira se a impressão do caderno de questões está legível e com todas as páginas. Caso necessário solicite um novo caderno.

Verifique se estão corretas todas as informações impressas no cartão resposta personalizado. Em caso de divergência, notifique imediatamente o fiscal, para orientações e procedimentos de correção.

Assine e preencha corretamente o cartão resposta personalizado, de acordo com as instruções nele contidas, utilizando caneta esferográfica, com tinta indelével, de cor azul ou preta. O cartão resposta não será substituído em caso de marcação errada ou rasura.

Caso necessite ausentar-se da sala de prova solicite o acompanhamento de um fiscal. Somente será permitida a entrega do material de prova (caderno de questões e cartão resposta personalizado) depois de transcorridas 5 (cinco) horas do seu início, que terá, no máximo, 6 (seis) horas de duração. Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão entregar o material de prova e retirar-se da sala simultaneamente.

Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no Edital, **será eliminado** do concurso o candidato que:

- a) for surpreendido dentro da sala, banheiros, corredores ou demais dependências, portando aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *ipod*, gravadores, mp3 ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, *beep*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pendrive*, receptor, *walkman*, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer espécie etc., em funcionamento ou não;
- b) estiver fazendo uso de óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como, chapéu, boné, gorro, ou similares, ou estiver fazendo uso de adornos ou indumentárias em razão de crença ou convicção religiosa (kipá, turbante, véu e etc.), salvo, nesta hipótese, se previamente autorizados pela Coordenação Local.
- c) estiver portando arma de fogo ou objetos que potencialmente se mostrem apto a causar ferimentos.
- d) ausentar-se da sala de realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal, ou antes de decorrido o prazo mínimo para saída definitiva do candidato da sala;
- e) não depositar no local indicado pelos fiscais os materiais de uso e porte proibidos;
- f) não devolver integralmente todo o material de prova (caderno de questões e cartão resposta personalizado).

Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados e, juntamente com o restante dos materiais de uso e de porte vedados pelo Edital, deverão ser depositados no local a ser indicado pelos fiscais de sala e neste local deverão permanecer durante todo o período de realização das provas, até a saída definitiva do candidato.

Diante de qualquer dúvida você deve comunicar-se com o fiscal.

Boa prova.

Nome: _____



DIREITO CONSTITUCIONAL

01) Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, conforme expressamente exposto na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, pode-se afirmar, **exceto**:

A ⇒ É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

B ⇒ É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inexistindo vedações.

C ⇒ É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

D ⇒ Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

E ⇒ No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

02) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, no que se refere aos benefícios e aposentados da previdência, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será compulsório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado.

B ⇒ Para efeito de aposentadoria é assegurada a contagem do tempo de contribuição na administração pública ou da atividade privada, rural e urbana, não cumulativamente ou reciprocamente.

C ⇒ Os ganhos habituais do empregado, a título indenizatório, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.

D ⇒ A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

E ⇒ Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de

baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, ainda que não pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios, contudo, no valor máximo de um salário-mínimo.

03) Considerando o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88 quanto ao meio ambiente, marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () *A Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Zona Costeira, a Floresta Amazônica brasileira e a Mata Atlântica são patrimônio nacional.*
- () *Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente.*
- () *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*
- () *As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.*
- () *As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.*
- () *São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.*

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ V - V - F - F - V - V

B ⇒ F - V - V - V - F - V

C ⇒ V - F - V - F - V - F

D ⇒ V - V - V - V - V - V

E ⇒ F - V - F - F - V - F

04) No que se refere Seguridade Social, conforme previsto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e

assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

B ⇒ A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais, salvo créditos.

C ⇒ Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

D ⇒ As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

E ⇒ A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

=====

05) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, no que se refere a Previdência Social, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *É possível a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.*

II *É possível a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.*

III *É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.*

IV *Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.*

V *Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.*

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas III e V estão corretas.

E ⇒ Apenas III, IV e V estão corretas.

06) A saúde é direito fundamental do cidadão.

Assim, considere o previsto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88 e marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

() *É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições de saúde privadas com fins lucrativos.*

() *A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

() *É livre a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.*

() *As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.*

() *Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.*

() *Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.*

() *A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ F - V - F - V - F - V - F

B ⇒ V - V - F - V - V - V - V

C ⇒ V - F - V - F - V - F - V

D ⇒ V - V - F - F - F - V - V

E ⇒ F - F - V - V - V - F - F

=====

07) Ainda acerca dos direitos fundamentais constitucionais, no que se refere à educação, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, é **correto** afirmar:

A ⇒ As universidades gozam de vinculação didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

B ⇒ O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

C ⇒ É vetado às universidades admitirem professores, técnicos e cientistas estrangeiros.

D ⇒ O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo.

E ⇒ O ensino religioso, de matrícula compulsória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

=====

08) A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

Sobre a família, considere o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88 e marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () *Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.*
- () *Os programas de amparo aos idosos serão executados exclusivamente em seus lares.*
- () *Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos e todos os filhos têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice ou enfermidade.*
- () *O casamento religioso não tem efeito civil.*
- () *Não é gratuita a celebração do casamento civil.*
- () *Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.*
- () *Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ V - V - F - F - F - V - V

B ⇒ F - V - F - V - F - V - F

C ⇒ V - F - V - F - V - F - V

D ⇒ F - F - F - F - F - V - V

E ⇒ V - V - V - F - V - F - F

=====

09) Considerando o previsto na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, sobre a

liberdade da imprensa e direito de comunicação, direitos também fundamentais, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais e conterà sempre que necessário advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

B ⇒ A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

C ⇒ A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.

D ⇒ Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

E ⇒ A publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença de autoridade.

=====

10) No que se refere ao Poder Legislativo, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

B ⇒ É da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

C ⇒ Cada legislatura terá a duração de quatro anos e cada Território elegerá quatro Deputados.

D ⇒ O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

E ⇒ A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos estados, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

=====

11) Quanto aos Estados Membros, antes da Federação, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa do Congresso Nacional.
- () O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.
- () Incluem-se entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União
- () Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- () Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- () São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.
- () Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal.

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

- A** ⇒ F - V - V - V - V - V - V
- B** ⇒ F - V - F - V - F - V - F
- C** ⇒ F - F - V - F - V - F - F
- D** ⇒ V - V - F - F - F - V - V
- E** ⇒ V - F - V - F - V - F - V

=====

12) No que se refere a Organização do Estado, sobre os entes federativos, seus servidores e recursos orçamentários, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, in-

clusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

B ⇒ Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.

C ⇒ A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados exclusivamente pelo executivo.

D ⇒ A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

E ⇒ Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

=====

13) Especificamente, quanto a competência da Câmara de Deputados, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Compete preferencialmente à Câmara dos Deputados dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

B ⇒ Compete à Câmara dos Deputados autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

C ⇒ Compete privativamente à Câmara dos Deputados eleger membros do Conselho da República.

D ⇒ Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Senado dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

E ⇒ A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando sempre crime de responsabilidade a ausência.

14) Sobre o ente federativo Município, analise as afirmações a seguir.

- I As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.
- II O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- III A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.
- IV É vedada a criação de Tribunais de Contas Municipais.
- V O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados.

A alternativa **correta** é:

- A ⇒ Apenas I e III estão corretas.
- B ⇒ Todas as afirmações estão corretas.
- C ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.
- D ⇒ Apenas III, IV e V estão corretas.
- E ⇒ Apenas II e V estão corretas.

15) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Sobre o tema e de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88 é correto afirmar, **exceto**:

- A ⇒ Na vigência do estado de defesa a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- B ⇒ Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.
- C ⇒ Na vigência do estado de defesa a comunicação será acompanhada de declaração, pela au-

toridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação.

D ⇒ Na vigência do estado de defesa a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a trinta dias, estando vedada, ainda, a incomunicabilidade do preso.

E ⇒ O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

16) No que concerne a Administração Pública, sobre servidores públicos, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

B ⇒ Como condição para a aquisição da estabilidade é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

C ⇒ Extinto o cargo, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu aproveitamento.

D ⇒ O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

E ⇒ São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

17) O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio.

Nesse sentido é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Na vigência do estado de sítio só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas: obrigação de permanência em localidade determinada; detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns; restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei; suspensão da liberdade

de reunião; busca e apreensão em domicílio; intervenção nas empresas de serviços públicos e requisição de bens.

B ⇒ O Presidente da República pode solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.

C ⇒ Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato, sendo que o Congresso Nacional permanecerá em funcionamento até o término das medidas coercitivas.

D ⇒ O decreto do estado de sítio indicará sua duração, as normas necessárias a sua execução e as garantias constitucionais que ficarão suspensas, e, depois de publicado, o Presidente da República designará o executor das medidas específicas e as áreas abrangidas.

E ⇒ O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

=====

18) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Nesse sentido é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Aos corpos de bombeiros militares cabem as atribuições definidas em lei, salvo a execução de atividades de defesa civil.

B ⇒ Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

C ⇒ A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, dentre outras atribuições previstas constitucionalmente, a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

D ⇒ As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

E ⇒ Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

=====

19) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Considerando o previsto constitucionalmente acerca do assunto, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *Ao militar são permitidas a sindicalização mas, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos.*

II *O oficial perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível por decisão de tribunal militar especial, em tempo de paz ou de guerra.*

III *As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de guerra, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.*

IV *Não caberá "habeas-corpus" em relação a punições disciplinares militares.*

V *Os membros das Forças Armadas são denominados militares.*

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Apenas IV e V estão corretas.

C ⇒ Apenas II e III estão corretas.

D ⇒ Apenas III e IV estão corretas.

E ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

=====

20) Sobre competência concorrente, conforme previsto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

B ⇒ A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

C ⇒ A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

D ⇒ Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre assistência jurídica e Defensoria pública.

E ⇒ Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21) Marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as falsas.

- () *Servidores públicos são agentes que firmam relação de trabalho diretamente com o Estado ou com as entidades administrativas por ele instituídas, prestando serviços em proveito dos interesses públicos e recebendo remuneração correspondente.*
- () *Os jurados e os membros das mesas apuradoras de votos, à época das eleições, podem ser denominados apropriadamente de particulares em colaboração com a Administração.*
- () *Agentes políticos são os ocupantes dos cargos que compõem o arcabouço constitucional do Estado.*
- () *A polícia civil subordina-se ao Governador do Estado, cabendo-lhe a guarda e a fiscalização do trânsito urbano.*
- () *Agente público é todo indivíduo ligado ao Estado por algum tipo de vínculo, e sua atuação nessa qualidade representa a manifestação da vontade estatal.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ F - V - F - V - F

B ⇒ F - F - V - F - F

C ⇒ V - V - F - V - F

D ⇒ V - F - V - F - V

E ⇒ V - V - V - F - V

22) Considere a definição de Direito Administrativo e assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ É o conjunto dos princípios jurídicos de direito público que tratam da Administração Pública, suas entidades, órgãos e agentes públicos.

B ⇒ É o conjunto dos princípios jurídicos de direito público que têm como estudo o Serviço Público.

C ⇒ É o conjunto dos princípios jurídicos de direito público que regem as relações jurídicas entre órgãos do Estado.

D ⇒ É o conjunto dos princípios jurídicos de direito público e privado que tratam da Administração Pública, suas entidades, órgãos e agentes públicos.

E ⇒ É o conjunto dos princípios jurídicos de direito público e privado que têm como estudo os atos do Poder Executivo.

23) Em relação aos concessionários de serviços públicos é correto afirmar, **exceto** que:

A ⇒ recebem a incumbência da administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica.

B ⇒ são agentes delegados, que exercem função pública em seu próprio nome, porém, sob fiscalização do Poder Público.

C ⇒ sujeitam-se a responsabilidade civil objetiva e ao mandado de segurança.

D ⇒ sua responsabilidade pelos prejuízos causados a terceiros e ligados à prestação do serviço governa-se pelos mesmos critérios e princípios da responsabilidade do Estado.

E ⇒ enquadram-se como funcionários públicos nos termos do artigo 327 do Código Penal.

24) É **correto** afirmar que a Administração Pública exerce o poder disciplinar quando:

A ⇒ investiga irregularidades e aplica penas aos servidores públicos e particulares, mesmo aqueles não sujeitos à Administração Pública.

B ⇒ instaura inquérito administrativo, processa e aplica penalidades apenas aos servidores públicos que infringem os respectivos estatutos.

C ⇒ apura infrações e aplica penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

D ⇒ limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade, com o objetivo de regular a prática de ato ou abstenção de fato, em razão do interesse público.

E ⇒ define, na forma da lei, os limites da competência de cada um dos agentes.

25) A rescisão do contrato administrativo pode ocorrer de três formas: unilateralmente, pela Administração, amigavelmente, por acordo entre as partes ou judicialmente.

Nesse sentido, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** A rescisão administrativa ou amigável independe de prévia autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- II** Só existe campo para a rescisão amigável de um contrato administrativo quando houver conveniência para a Administração e não ocorrer nenhuma das hipóteses previstas para a rescisão unilateral da avença.
- III** A rescisão unilateral operada pela Administração gera a seu favor a assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar.
- IV** Quando caracterizada a ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeçam a execução do contrato, o contratado, sem culpa, terá direito ao pagamento pelo custo da desmobilização.

- A** ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.
- B** ⇒ Apenas II e IV estão corretas.
- C** ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.
- D** ⇒ Apenas I e IV estão corretas.
- E** ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

=====
26) No tocante ao abuso de poder é correto afirmar, **exceto**:

- A** ⇒ O ato executado com excesso de poder pode ser convalidado pelo agente competente para a prática do ato.
- B** ⇒ O exercício das funções de agente público com abuso de poder não exclui a responsabilidade objetiva do Estado.
- C** ⇒ Quando a autoridade administrativa pratica o ato por motivos ou com fins diversos dos previstos na legislação, ocorre desvio de finalidade e, não, excesso de poder.
- D** ⇒ Ocorre excesso de poder quando a autoridade ultrapassa sua competência legal, dolosa ou culposamente, tornando o ato praticado arbitrário, ilícito e nulo.
- E** ⇒ Não se caracteriza desvio de poder quando o ato é praticado tendo em vista a satisfação do interesse público, mas com objetivo diverso daquele previsto em lei.

=====
27) Considere a revogação e anulação do Ato Administrativo, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** A revogação tem por objeto atos válidos e exequíveis.
- II** A anulação decorre da ilegalidade do ato administrativo.
- III** Certidões, atestados ou informações prestadas por agente público são passíveis de revogação.
- IV** Não podem ser revogados os atos vinculados.

- A** ⇒ Todas as afirmações estão corretas.
- B** ⇒ Apenas II e IV estão corretas.
- C** ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.
- D** ⇒ Apenas III e IV estão corretas.
- E** ⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.

=====
28) Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** Todos os órgãos da Administração Pública direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios estão obrigados à licitação.
- II** Dentre os princípios básicos que devem reger o procedimento administrativo de licitação estão: a finalidade, a igualdade, o julgamento objetivo e a segurança jurídica.
- III** Modalidades de licitação representam o conjunto de regras que devem ser observadas na realização de um determinado procedimento licitatório.
- IV** O fracionamento da despesa a ser licitada possibilita a participação de empresas de menor porte nas licitações, amplia a competitividade e contribui para a obtenção de menor preço para a Administração Pública.

- A** ⇒ Apenas I e III estão corretas.
- B** ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.
- C** ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.
- D** ⇒ Apenas II e IV estão corretas.
- E** ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

=====
29) O Poder Hierárquico congrega as seguintes prerrogativas, **exceto** a de:

- A** ⇒ estabelecer a relação de subordinação entre os servidores do quadro de pessoal da Administração Pública.

B ⇒ distribuir e escalonar as funções dos órgãos da Administração Pública.

C ⇒ editar normas complementares à lei, para a definição de seu alcance e modo de execução.

D ⇒ rever a atuação dos agentes públicos.

E ⇒ ordenar a Administração Pública em sua organização e disciplina.

=====
30) Correlacione os cinco princípios do serviço público com seus requisitos específicos.

(1) *Continuidade*

(2) *Eficiência*

(3) *Generalidade*

(4) *Modicidade*

(5) *Cortesia*

() *O princípio que consagra o direito do cidadão, dentro das modalidades estabelecidas, exigir, tanto da Administração Pública, quanto dos prestadores delegados, a prestação do serviço público, sem se negar a um usuário o que foi concedido a outro, é o da (...).*

() *Apesar de garantido pela Constituição Federal, em seu art. 37, VII, o direito de greve dos servidores públicos só pode ser exercido dentro dos limites definidos em lei, sob pena de ferimento do princípio da (...).*

() *O prestador do serviço público que busca o aperfeiçoamento do serviço, incorporando os melhores recursos e técnicas possíveis, de modo que a execução seja mais proveitosa, com o menor dispêndio, está agindo consoante com o princípio da (...).*

() *O princípio que traduz a preocupação da Administração Pública em estabelecer, em sentido mais amplo possível, o direito do cidadão de receber, do agente público competente, tratamento digno e que respeite os seus direitos como cidadão, é o da (...).*

() *Se um serviço público for tarifado em valor que impeça o usuário de utilizá-lo, em razão de ausência de condições financeiras, excluindo-o do universo de beneficiários, estará ferindo o princípio da (...).*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ 5 - 3 - 4 - 2 - 1

B ⇒ 2 - 5 - 1 - 4 - 3

C ⇒ 3 - 1 - 2 - 5 - 4

D ⇒ 1 - 4 - 5 - 3 - 2

E ⇒ 4 - 2 - 3 - 1 - 5

31) Quanto ao uso de bem público é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A permissão de uso de bem público pode ser contratada com pessoa física ou jurídica, enquanto a concessão só pode ser contratada com pessoa jurídica ou consórcio de empresas.

B ⇒ A permissão de uso de bem público exige licitação na modalidade concorrência, enquanto que a concessão admite licitação em qualquer modalidade.

C ⇒ A permissão de uso de bem público pode ser revogada a qualquer tempo, dado o caráter aleatório e precário de que se reveste.

D ⇒ Ao término dos contratos de concessão e permissão de uso, os bens vinculados à execução do serviço são revertidos ao Poder Concedente, de modo a permitir sua continuidade.

E ⇒ Na concessão de uso de bem público a rescisão feita pela Administração Pública sem que haja culpa do administrado é passível de indenização.

=====
32) Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *As Fundações Públicas são entidades de direito privado, sem fins lucrativos, criadas em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que exijam execução, por órgãos ou entidades de direito público com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.*

II *As autarquias são hierarquicamente subordinadas à entidade estatal a que pertencem.*

III *O Banco Central, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados e as agências reguladoras são exemplos de autarquias.*

IV *São exemplos de fundações públicas: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).*

A ⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.

B ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

C ⇒ Apenas I e II estão corretas.

D ⇒ Apenas III e IV estão corretas.

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

33) São hipóteses de dispensa de licitação, **exce-**
to:

A ⇒ casos de calamidade pública.

B ⇒ quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular os preços ou normalizar o abastecimento.

C ⇒ locação de imóvel para atender às finalidades da Administração.

D ⇒ contratação de serviço técnico de profissional de notória especialização.

E ⇒ nos casos de ausência de interessados em licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.

=====
34) São características da Administração Pública Direta:

A ⇒ exercício centralizado de atividades administrativas, desconcentração, ausência de personalidade jurídica própria, possuem patrimônio próprio.

B ⇒ exercício descentralizado de atividades administrativas, desconcentração, ausência de personalidade jurídica própria, possuem patrimônio próprio.

C ⇒ exercício centralizado de atividades administrativas, descentralização, personalidade jurídica própria, não possuem patrimônio próprio.

D ⇒ exercício descentralizado de atividades administrativas, descentralização, ausência de personalidade jurídica própria, não possuem patrimônio próprio.

E ⇒ exercício centralizado de atividades administrativas, desconcentração, ausência de personalidade jurídica própria, não possuem patrimônio próprio.

=====
35) Segundo os preceitos constitucionais vigentes é correto afirmar, **exceto:**

A ⇒ O servidor público estável tem direito adquirido à imutabilidade do cargo, não podendo o Estado suprimi-lo, transformá-lo ou extingui-lo, sem o conhecimento do seu titular.

B ⇒ Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

C ⇒ Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

D ⇒ Pode o Estado, por lei, estabelecer requisitos diferenciados de admissão a cargo público quando sua natureza assim o exigir.

E ⇒ O servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional ficará afastado de seu cargo, emprego ou função quando investido em mandato eletivo federal, estadual ou distrital.

=====
36) Assinale a alternativa que distingue **corretamente** servidão administrativa de requisição administrativa.

A ⇒ Na servidão administrativa, a indenização, se cabível, é posterior ao ato praticado, enquanto que na requisição administrativa ela é prévia.

B ⇒ A servidão administrativa incide sobre bens móveis, imóveis e serviço, enquanto a requisição administrativa só incide sobre bens imóveis.

C ⇒ A servidão administrativa caracteriza-se pela transitoriedade, enquanto a requisição administrativa tem caráter de definitivo.

D ⇒ A servidão administrativa tem natureza jurídica de direito real da Administração, enquanto requisição administrativa é direito pessoal da Administração.

E ⇒ A instituição de servidão administrativa pressupõe perigo público iminente enquanto para a requisição administrativa basta a existência de interesse público.

=====
37) Sobre a responsabilidade civil da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ A absolvição do servidor no juízo criminal afastará a responsabilidade civil do Estado se não ficar comprovada culpa exclusiva da vítima.

B ⇒ A responsabilidade da Administração Pública será afastada se comprovada ausência do nexo causal entre o dano e a ação do Estado.

C ⇒ Não cabe à Administração Pública indenizar o erro judiciário.

D ⇒ As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, apenas se houver dolo por parte destes.

E ⇒ A Administração Pública deve indenizar o dano sofrido pelo particular somente se for comprovada a existência de falha da atividade administrativa.

=====

38) Em relação ao controle da administração pelo judiciário é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Ao apreciar o chamado mérito administrativo, o Poder Judiciário não estará, de forma alguma, substituindo o administrador público e, conseqüentemente, afrontando o princípio da separação dos poderes.

B ⇒ O Poder Judiciário, no exercício do controle jurisdicional dos atos administrativos, se limita a aferir a correção de aspectos formais do procedimento, podendo anular ou reformar sanções impostas a servidores públicos quando estas contrariem os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

C ⇒ Todos os atos administrativos, inclusive os discricionários, são passíveis de controle jurisdicional.

D ⇒ O Poder Judiciário não se limita a examinar os aspectos extrínsecos da administração, pois pode analisar as razões de conveniência e oportunidade, uma vez que essas razões devem observar critérios de moralidade e razoabilidade.

E ⇒ O controle jurisdicional da Administração pública abrange a apreciação, efetuada pelo Poder Judiciário, sobre atos, processos e contratos administrativos, atividades, operações materiais e mesmo a omissão ou inércia da Administração.

=====

39) Considerando as diretrizes trazidas pela Lei 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

B ⇒ Aquele que, mesmo não sendo agente público, concorrer ou se beneficiar da prática ilícita contra a Administração Pública, estará sujeito às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

C ⇒ A rejeição, pela autoridade administrativa, de representação apresentada pelo particular, destinada a apurar a prática de ato de improbidade ad-

ministrativa, não impede a representação ao Ministério Público.

D ⇒ Para que se enquadre o agente público na Lei de Improbidade é necessário que haja dolo, culpa e prejuízo ao ente público, caracterizado pela ação ou omissão do administrador público.

E ⇒ Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

=====

40) Considerando o disposto na Constituição Federal e as normas sobre procedimento administrativo disciplinar, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ O julgamento a ser efetuado pela autoridade competente é dirigido pelo livre convencimento, a qual é facultado divergir das conclusões do relatório da comissão, podendo, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

B ⇒ O processo administrativo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor estável, em estágio probatório, com vínculo celetista e em cargos comissionados, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

C ⇒ A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

D ⇒ A falta de defesa técnica por Advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.

E ⇒ A Procuradoria Geral do Estado, tendo ciência de fatos noticiados que configurem ilícito administrativo e, constatando a inexistência de providências, deverá, obrigatoriamente, determinar ao órgão onde ocorreram os fatos a abertura de sindicância ou processo administrativo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41) De acordo com a Lei de Introdução ao Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ O juiz da denúncia, ao classificar o crime, apenas quando consumado, não poderá reconhecer a existência de causa especial de diminuição da pena.

B ⇒ O juiz da pronúncia, ao classificar o crime, consumado ou tentado, poderá reconhecer a existência de causa especial de diminuição da pena.

C ⇒ O juiz da pronúncia, ao classificar o crime, apenas quando tentado, não poderá reconhecer a existência de causa especial de diminuição da pena.

D ⇒ Se tiver sido intentada ação pública por crime que, segundo o Código Penal, só admite ação privada, esta, salvo decadência intercorrente, poderá prosseguir nos autos daquela, desde que a parte legítima para intentá-la ratifique os atos realizados e promova o andamento do processo.

E ⇒ Se tiver sido intentada ação pública por crime que, segundo o Código Penal, só admite ação privada, esta, salvo prescrição intercorrente, não poderá prosseguir nos autos daquela, desde que a parte legítima para intentá-la ratifique os atos realizados e promova o andamento do processo.

=====
42) De acordo com o Código de Processo Penal, e considerando o inquérito policial nos crimes de ação pública, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *Será iniciado de ofício.*

II *Será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.*

III *Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não caberá recurso.*

IV *O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.*

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Todas as afirmações estão incorretas.

C ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

D ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

E ⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.

=====
43) De acordo com o Código de Processo Penal assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

B ⇒ Ciente da prática de um crime, a autoridade policial deverá, se possível e conveniente, dirigir-se ao local dos fatos.

C ⇒ O ofendido ou seu representante legal e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que sempre será realizada em até 10 dias.

D ⇒ A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.

E ⇒ O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado, bem como, nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

=====
44) Considere as atitudes que deverão ser tomadas pela autoridade policial logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta** de acordo com o Código de Processo Penal.

I *Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.*

II *Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.*

III *Proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.*

IV *Ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes.*

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas III e IV estão corretas.

E ⇒ Todas as afirmações estão incorretas.

=====
45) De acordo com o Código de Processo Penal, especificamente quanto ao Inquérito, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ No relatório, não poderá a autoridade policial indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas.

B ⇒ A autoridade policial deverá concluí-lo no prazo de 10 dias, se o indiciado estiver preso preventivamente, contado o prazo a partir do dia seguinte em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

C ⇒ A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao juiz competente.

D ⇒ A autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao Ministério Público.

E ⇒ Quando o fato for de difícil elucidação e o indiciado estiver preso, a autoridade policial poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo de 30 dias.

=====
46) De acordo com o Código de Processo Penal analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.*
- II** *Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.*
- III** *Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.*
- IV** *Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição, por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.*

A ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

B ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

C ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

D ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

E ⇒ Todas as afirmações estão incorretas.

=====
47) Considere as disposições do Código de Processo Penal quanto à ação penal e assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas não poderão exercer a ação penal, pois carecem de personalidade jurídica para esse fim.

B ⇒ Será admitida ação pública nos crimes de ação privada, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

C ⇒ As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas só poderão exercer a ação penal se assistidas pelo Ministério Público.

D ⇒ Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

E ⇒ As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas só poderão exercer a ação penal se representadas pelo Ministério Público.

=====
48) Com relação à Ação Penal e de acordo com o Código de Processo Penal, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.*
- II** *No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou colateral, até o 3º grau.*
- III** *Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.*
- IV** *A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.*

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas II, III e IV.

E ⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

=====
49) Sobre a Prova, de acordo com o Código de Processo Penal, é **correto** afirmar:

A ⇒ São admissíveis as provas derivadas das ilícitas quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte dependente das primeiras.

B ⇒ O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

C ⇒ Considera-se fonte independente a prova que por si só seria incapaz de conduzir ao fato objeto da prova.

D ⇒ Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta não será inutilizada por decisão judicial.

E ⇒ O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

=====

50) Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**, considerando as disposições do Código de Processo Penal em relação à realização do interrogatório do réu por videoconferência, medida excepcional que visa atender, dentre outras, as seguintes finalidades:

I *Prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão possa fugir durante o deslocamento.*

II *Viabilizar a participação do réu no referido ato processual quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância pessoal.*

III *Minimizar os deslocamentos entre o local de detenção e o Fórum, de maneira a otimizar o trânsito em locais reconhecidamente sujeitos a congestionamentos.*

IV *Aferir a influência do réu no ânimo de testemunha ou da vítima, desde que seja possível colher o depoimento destas por videoconferência.*

A ⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.

B ⇒ Apenas I e II estão corretas.

C ⇒ Apenas II e III estão corretas.

D ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

=====

51) Considerando o Código de Processo Penal e as finalidades da busca e apreensão domiciliar realizada pelo Delegado de Polícia, analise as

afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *Prender criminosos ou apreender coisas achadas ou obtidas por meios criminosos.*

II *Apreender quaisquer cartas, desde que já abertas, destinadas ao acusado ou em seu poder.*

III *Apreender pessoas vítimas de crimes ou quaisquer outras que estejam no domicílio.*

IV *Colher qualquer elemento de convicção.*

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

C ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

D ⇒ Apenas I e IV estão corretas.

E ⇒ Apenas a afirmação I está correta.

=====

52) Considere o Código de Processo Penal quanto ao exame de corpo de delito e perícias em geral, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *Quando a infração deixar vestígios será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.*

II *O assistente técnico atuará a partir de sua indicação pelo juiz e antes da conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas desta decisão.*

III *Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior indispensavelmente na área específica relacionada com a natureza do exame.*

IV *Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado, a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.*

A ⇒ Apenas I e IV estão corretas.

B ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas II e III estão corretas.

D ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

E ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

=====

53) De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

B ⇒ A autópsia será feita pelo menos doze horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

C ⇒ Proceder-se-á, sempre, a avaliação de coisas destruídas, deterioradas ou que constituam produto do crime.

D ⇒ Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos parentes, que poderão instruir os laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.

E ⇒ Nos casos de morte violenta bastará o simples exame externo do cadáver, quando houver infração penal que apurar ou quando as lesões internas não permitirem precisar a causa da morte ou a verificação de alguma circunstância relevante.

=====
54) De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Somente depois do interrogatório, nos casos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal.

B ⇒ Nenhum acusado, ainda que ausente ou fofragido, será processado ou julgado sem defensor.

C ⇒ Ao co-réu, no mesmo processo, será facultado intervir como assistente do Ministério Público.

D ⇒ A admissão do Assistente de Acusação será determinada pelo juiz independentemente de previamente ouvir o Ministério Público.

E ⇒ Da decisão que não admitir o Assistente de Acusação, caberá recurso, devendo, inclusive, constar dos autos o pedido e a decisão.

=====
55) De acordo com a legislação em vigor, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Segundo dispõe a Lei 12.037/09, é recomendado mencionar a identificação criminal do indiciado em atestados de antecedentes ou em informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

B ⇒ Consoante a Lei 12.850/13, considera-se organização criminosa, a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer

natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 5 (cinco) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

C ⇒ Conforme disposto na Lei 12.037/09, a interceptação de comunicação telefônica de qualquer natureza ocorrerá nos mesmos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.

D ⇒ Na forma da Lei 9.807/99, as medidas de proteção requeridas por vítimas ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios, no âmbito das respectivas competências, na forma de programas especiais organizados.

E ⇒ São considerados hediondos, na forma da Lei 8.072/84, dentre outros, os crimes de latrocínio, extorsão qualificada pela morte, extorsão mediante sequestro e na forma qualificada, falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

=====
56) Considere o Código de Processo Penal quanto as medidas cautelares, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.*

II *Não será permitido o emprego de força, mesmo a indispensável, no caso de resistência ou de tentativa de fuga do preso.*

III *A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar.*

IV *As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz e não poderão ser aplicadas cumulativamente.*

A ⇒ Apenas I e III estão corretas.

B ⇒ Apenas II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas III e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

=====
57) Analise os crimes a seguir, identifique os passíveis de decretação de prisão temporária quando houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Homicídio de qualquer natureza e tráfico de drogas.*
- II** *Sequestro, cárcere privado e estupro.*
- III** *Extorsão mediante sequestro e crimes contra o sistema financeiro.*
- IV** *Furto, roubo e extorsão.*

- A** ⇒ Apenas I, II e III estão corretos.
- B** ⇒ Apenas I e III estão corretos.
- C** ⇒ Apenas II e III estão corretos.
- D** ⇒ Apenas III e IV estão corretos.
- E** ⇒ Todos estão corretos.

=====

58) Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**, observando-se configurar violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, que tenha lugar:

- I** *no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.*
- II** *em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, desde que com ela tenha coabitado.*
- III** *no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.*
- IV** *no âmbito do trabalho, desde que a ofendida seja empregada doméstica e a violência seja perpetrada na residência onde presta seus serviços.*

- A** ⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.
- B** ⇒ Apenas II e III estão corretas.
- C** ⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.
- D** ⇒ Apenas III e IV estão corretas.
- E** ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

=====

59) De acordo com o Código de Processo Penal e Lei 12.830/13, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo Delegado de Polícia, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Ninguém será recolhido à prisão sem que seja exibido o mandado ao respectivo diretor ou

carcereiro, exceto por ordem expressa do Delegado de Polícia, com a entrega de cópia assinada pelo executor, devendo ser passado recibo da entrega do preso, com declaração de dia e hora.

B ⇒ O indiciamento, privativo do Ministério Público, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

C ⇒ A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente a requerimento deste, pois possui a garantia constitucional da inamovibilidade.

D ⇒ Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.

E ⇒ Em até 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prisão será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.

=====

60) Ante as disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmações a seguir.

- I** *O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo.*
- II** *O procedimento será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 3 (três) anos de pena privativa de liberdade.*
- III** *O procedimento será sumário sempre que tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 3 (três) anos de pena privativa de liberdade.*
- IV** *O procedimento será sumaríssimo para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.*

Assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.
- B** ⇒ Apenas II e III estão corretas.
- C** ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.
- D** ⇒ Apenas I e IV estão corretas.
- E** ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

DIREITO PENAL

61) Observadas as disposições do Código Penal, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ É aplicável a lei do país de procedência aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

B ⇒ A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, não pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis.

C ⇒ Para os efeitos penais consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

D ⇒ Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, exceto se em outro local produziu ou deveria produzir-se o resultado.

E ⇒ Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes de injúria, calúnia e difamação praticados contra o Presidente da República do Brasil.

=====

62) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que não o houver causado ao menos culposamente.

B ⇒ Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

C ⇒ O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e não permite a punição por crime culposos.

D ⇒ É passível de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Haverá isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

E ⇒ Não responde pelo crime o terceiro que determina o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal.

=====

63) De acordo com o Código de Penal e com relação ao cumprimento da pena em regime fechado,

analise as afirmações a seguir a assinale a alternativa **correta**.

I O condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.

II O trabalho será em comum dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com a execução da pena.

III O trabalho externo é inadmissível.

IV O trabalho externo é admissível, desde que o condenado frequente cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.

A ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

B ⇒ Apenas I e II estão corretas.

C ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

D ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

E ⇒ Todas as afirmações estão incorretas.

=====

64) Analise as afirmações a seguir a assinale a alternativa **correta**.

De acordo com o Código Penal, as penas restritivas de direitos são, dentre outras:

I Perda de bens e valores e prestação pecuniária.

II Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas.

III Interdição temporária de direitos.

IV Limitação de fim de semana e interdição permanente de direitos.

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.

C ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas III e IV estão corretas.

E ⇒ Apenas I, II, III estão corretas.

=====

65) De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só

dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um terço até a metade.

B ⇒ Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro esta.

C ⇒ Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais delinquências, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada de um terço até metade.

D ⇒ Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação.

E ⇒ A execução da pena privativa de liberdade não superior a seis anos poderá ser suspensa por dois a quatro anos, desde que o condenado seja maior de setenta anos de idade, ou razões de saúde justifiquem a suspensão.

=====

66) De acordo com o Código Penal, dentre outras, extingue-se a punibilidade nas seguintes situações, **exceto**:

A ⇒ anistia, graça ou indulto.

B ⇒ renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada.

C ⇒ doença incapacitante irreversível do agente.

D ⇒ prescrição, decadência ou perempção.

E ⇒ retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso e pela morte do agente.

=====

67) De acordo com o Código Penal assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ A pena para quem pratica homicídio qualificado será aplicada de 12 (doze) a 20 (vinte) anos de reclusão.

B ⇒ Se o agente comete o crime de homicídio impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um terço até a metade.

C ⇒ A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou

depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

D ⇒ A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) até a metade se o crime de homicídio for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

E ⇒ A sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência.

=====

68) De acordo com o Código Penal, a lesão corporal que tem cominada pena de reclusão de um a cinco anos, dentre outras, são as que resultam em:

A ⇒ deformidade permanente.

B ⇒ incapacidade permanente para o trabalho.

C ⇒ enfermidade incurável e aborto.

D ⇒ perda ou inutilização do membro, sentido ou função.

E ⇒ perigo de vida.

=====

69) Com relação à repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelo delegado de polícia, que recolherá quantidade suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova.

B ⇒ Em caso de ser utilizada a queimada para destruir plantação ilícita, observar-se-á, além das cautelas necessárias à proteção ao meio ambiente, a indispensável e prévia autorização do órgão próprio do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama.

C ⇒ Feita apreensão em operação de combate às atividades previstas na Lei 11.343/06, que instituiu o Sisnad, e tendo recaído sobre dinheiro ou cheques emitidos como ordem de pagamento, a autoridade de polícia judiciária que presidir o inquérito deverá, de imediato, requerer ao juízo competente a citação do Ministério Público.

D ⇒ Os veículos, embarcações, aeronaves, e quaisquer outros meios de transporte, os maquinários, as armas de fogo, utensílios, instrumentos e objetos de qualquer natureza, utilizados para a prática dos crimes definidos na Lei 11.343/06, que instituiu o Sisnad, após a sua regular apreensão,

ficarão sob custódia da autoridade de polícia judiciária.

E ⇒ A destruição de drogas apreendidas será executada imediatamente pelo delegado de polícia competente, na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.

=====
70) Na forma do disposto na Lei 4.898/65, que dispõe sobre o abuso de autoridade, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** Ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais.
- II** Deixar o Juiz de ordenar o relaxamento de prisão ou detenção ilegal que lhe seja comunicada.
- III** Recusar o carcereiro ou agente de autoridade policial recibo de importância recebida a título de carceragem, custas, emolumentos ou de qualquer outra despesa.
- IV** Atentar contra os direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional e à liberdade de consciência e de crença.

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Apenas I e IV estão corretas.

C ⇒ Apenas II e III estão corretas.

D ⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.

E ⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

=====
71) Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ De acordo com a Lei 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não inferior a três meses, nos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

B ⇒ Na forma da Lei 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, constitui crime contra a Administração Pública dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos sem observância das determinações constantes da ART emitida pelo CREA.

C ⇒ De acordo com a Lei 11.101/05, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, estará

sujeito a uma pena de dois a quatro anos de reclusão e multa aquele violar, explorar ou divulgar, sem justa causa, sigilo empresarial ou dados confidenciais sobre operações ou serviços, contribuindo para a condução do devedor a estado de inviabilidade econômica ou financeira.

D ⇒ Na forma da Lei 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa, recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta.

E ⇒ De acordo com o Código Penal, se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do sequestrado, terá sua pena reduzida de um a dois sextos.

=====
72) Analise as afirmações a seguir, identifique as que podem ser consideradas práticas de crime contra a criança e assinale a alternativa **correta**.

- I** Deixar a autoridade policial responsável pela sua apreensão de fazer imediata comunicação à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
- II** Recusar fornecer autorização para viajar dentro do país, quando a criança viajar acompanhada apenas por um dos genitores.
- III** Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda em virtude de lei ou ordem judicial, com o fim de colocação em lar substituto.
- IV** Vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, à criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas III e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

E ⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

=====
73) Considerando as disposições da Lei 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** Constitui crime o ato de frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação.
- II** Constitui crime o ato de abster-se ou desistir de licitar, em razão da vantagem oferecida.
- III** Constitui crime o ato de admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo.
- IV** Comete crime aquele que, declarado inidôneo, venha a licitar ou a contratar com a Administração.

A ⇒ Apenas a afirmação I está correta.
B ⇒ Apenas II e IV estão corretas.
C ⇒ Apenas I e III estão corretas.
D ⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.
E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

=====
74) Considerando as disposições da Lei 8.078/90, que cuida da proteção do consumidor e da Lei 1521/51, relativa aos crimes contra a economia popular, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Constituem crimes contra as relações de consumo omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade e deixar de organizar dados fáticos, técnicos e científicos que dão base à publicidade.
- B** ⇒ Constitui crime contra a economia popular o fornecedor colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.
- C** ⇒ Constitui crime contra as relações de consumo misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, expô-los à venda ou vendê-los, como puros, misturar gêneros e mercadorias de qualidades desiguais para expô-los à venda ou vendê-los por preço marcado para os de mais alto custo.
- D** ⇒ Constitui crime contra a economia popular executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.
- E** ⇒ Constitui crime contra a economia popular restringir direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual.

75) Identifique o que constitui crime contra a ordem tributária e assinale a alternativa **correta**.

- I** Adquirir, distribuir e revender derivados de petróleo, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico, hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei.
- II** Usar gás liquefeito de petróleo em motores de qualquer espécie, saunas, caldeiras e aquecimento de piscinas, ou para fins automotivos, em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei.
- III** Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.
- IV** Sem autorização legal, produzir, adquirir, transportar, industrializar, ter consigo, consumir ou comercializar produtos ou matéria-prima pertencentes à União.

A ⇒ Apenas II e III estão corretas.
B ⇒ Apenas a afirmação III está correta.
C ⇒ Apenas II e IV estão corretas.
D ⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.
E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

=====
76) De acordo com a legislação em vigor, assinale a alternativa **correta**.

- A** ⇒ Comete crime de concorrência desleal, na forma da Lei 9.279/96, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, quem usa expressão ou sinal de propaganda alheios, ou os imita, de modo a criar confusão entre os produtos ou estabelecimentos, bem como se atribui, como meio de propaganda, recompensa ou distinção que não obteve.
- B** ⇒ São considerados crimes contra a fauna, consoante a Lei 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente, e sem munir-se da via que deve acompanhar o produto até final beneficiamento.
- C** ⇒ Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas na hipótese de o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo,

com pena de multa, consoante disposto na Lei 9.296/96.

D ⇒ A interceptação das comunicações telefônicas, na forma da Lei 9.296/96, poderá ser determinada pelo juiz ou promotor, de ofício, ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal e na instrução processual penal.

E ⇒ No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um sexto a um terço se o agente praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada, conforme disposto na Lei 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

=====
77) Analise as afirmações a seguir, identifique o que constitui crime praticado contra o idoso e assinale a alternativa **correta**.

- I** *Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade.*
- II** *Recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa com mais de 55 anos.*
- III** *Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente pessoa com mais de 65 anos.*
- IV** *Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão de pessoa com mais de 70 anos, bem como qualquer outro documento, com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida.*

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Apenas II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

D ⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

E ⇒ Apenas III e IV estão corretas.

=====
78) São considerados crimes eleitorais, dentre outros, **exceto**:

A ⇒ Majorar os preços de utilidades e serviços necessários à realização de eleições, tais como transporte e alimentação de eleitores, impressão, publicidade e divulgação de matéria eleitoral.

B ⇒ Valer-se o servidor público da sua autoridade para coagir alguém a votar ou não votar em determinado candidato ou partido.

C ⇒ Perturbar ou impedir de qualquer forma o alistamento.

D ⇒ Usar camisas, bonés, broches ou dísticos que revelem a manifestação da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato.

E ⇒ Fazer propaganda, qualquer que seja a sua forma, em língua estrangeira.

=====
79) De acordo com o Código Penal analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I *Comete crime de injúria escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso.*

II *Considera-se qualificado o furto cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, bem como com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.*

III *A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.*

IV *Comete crime de estupro quem constringe mulher, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.*

A ⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

B ⇒ Apenas II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas a afirmação IV está correta.

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

=====
80) De acordo com a legislação em vigor, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 21 (vinte e um) anos ou pessoa portadora de deficiência motora se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse ou que seja de sua propriedade, sujeita o agente a uma pena de um a dois anos de detenção e multa.

B ⇒ Violar direitos de autor de programa de computador que consista na reprodução, por qualquer meio, de programa de computador, no todo ou em parte, para fins de comércio, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, sujeita o

agente a uma pena de seis meses a dois anos de detenção ou multa.

C ⇒ Constitui crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

D ⇒ Não constitui crime publicar anúncio de publicidade de estabelecimentos autorizados a realizar transplantes e enxertos, relativo a estas atividades.

E ⇒ Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração administrativa, sujeita o agente a uma pena de três a dez anos de reclusão e multa.

DIREITOS HUMANOS

81) Observando a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), no que se refere as Garantias dos Direitos Fundamentais, analise as afirmações a seguir.

I *Conceder-se-á "habeas-data" para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.*

II *Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.*

III *O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.*

IV *Conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.*

V *Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.*

Assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Apenas I e II estão corretas.

B ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

C ⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas IV e V estão corretas.

E ⇒ Apenas II e III estão corretas.

82) De acordo com a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, é **correto** afirmar:

A ⇒ A referida denúncia eximirá o Estado-parte das obrigações que lhe impõe a presente Convenção relativamente a qualquer ação ou omissão ocorrida antes ou após a data da denúncia. Todavia, a denúncia não acarretará a suspensão do exame de quaisquer questões que o Comitê já começara a examinar antes da data em que a denúncia fora realizada.

B ⇒ As controvérsias entre dois ou mais Estados-partes com relação à interpretação ou aplicação da presente Convenção serão sempre submetidas à Corte Internacional de Justiça, mediante solicitação feita em conformidade com o Estatuto da Corte.

C ⇒ Todo Estado-parte poderá denunciar a presente Convenção mediante notificação por escrito endereçada ao Secretário Geral das Nações Unidas. A denúncia produzirá efeitos 30 (trinta) dias depois da data do recebimento da notificação pelo Secretário Geral.

D ⇒ Todo Estado-parte na presente Convenção poderá propor emendas e depositá-las junto ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas. Quando entrarem em vigor, as emendas serão obrigatórias para os Estados-partes que as aceitaram, ao passo que os demais Estados-partes permanecem obrigados pelas disposições da Convenção e pelas emendas anteriores por eles aceitas.

E ⇒ A partir da data de protocolo da denúncia de um Estado-parte, o Comitê não dará início ao exame de qualquer nova questão referente ao Estado em apreço.

=====
83) No que se refere ao Mandado de Segurança, é **correto** afirmar, **exceto**:

A ⇒ Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

B ⇒ Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

C ⇒ Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada.

D ⇒ O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do

direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.

E ⇒ Cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

=====
84) Considerando o previsto expressamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU – 1948), marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () *Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.*
- () *Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível. No exercício de seus direitos e liberdades, algumas pessoas estarão sujeitas à limitações determinadas pela lei, com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem.*
- () *Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.*
- () *Toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.*
- () *Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.*
- () *Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.*
- () *Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

- A** ⇒ V - V - V - V - V - V - V
- B** ⇒ F - V - F - V - F - V - F
- C** ⇒ F - F - V - F - V - F - V
- D** ⇒ V - F - V - F - V - F - V
- E** ⇒ V - F - V - V - V - V - V

=====
85) Sobre o Mandado de Segurança Coletivo, é correto afirmar, **exceto**:

- A** ⇒ No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
- B** ⇒ O mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva.
- C** ⇒ No mandado de segurança coletivo, a liminar poderá ser concedida sem oitiva da parte adversa, ou seja, *inaudita altera pars*.
- D** ⇒ Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser individuais homogêneos, assim entendidos, para efeito desta Lei, os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.
- E** ⇒ Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser coletivos, assim entendidos, para efeito desta Lei, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica.

FUNDAMENTOS E NOÇÕES GERAIS DO DIREITO

86) "A aplicação do Direito consiste no enquadrar um caso concreto em a norma adequada. Submete às prescrições da lei uma relação da vida real; procura e indica o dispositivo adaptável a um fato determinado".

(Maximiano, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. RJ, Forense, 2001, p. 5)

Diante dessa afirmação é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A Hermenêutica Jurídica tem por objeto o estudo e a sistematização dos processos aplicá-

veis para determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito.

B ⇒ Ante a impossibilidade de prever todos os casos particulares, o legislador estabelece preceitos de longo alcance e deixa ao aplicador do Direito a tarefa de enquadrar o fato humano numa norma jurídica.

C ⇒ O intérprete não cria prescrições; deduz a nova regra, para um caso concreto, do conjunto das disposições vigentes, consentâneas com o progresso geral.

D ⇒ Para atingir o escopo do Direito não é examinada a norma em sua essência, conteúdo e alcance; o caso concreto e as circunstâncias.

E ⇒ Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

=====

87) A ordem social ficaria ameaçada se o juiz, na aplicação do Direito, deixasse de suprir as deficiências da lei com a analogia, os costumes e os princípios gerais do Direito.

(art. 4º. do Decreto-Lei n. 4.657/42 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB)

Nesse sentido, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I O juiz não poderá exigir prova do texto e da vigência de lei estrangeira, se a desconhecer, de pessoa que a invoca.

II A aplicação do Direito encontra-se intimamente ligada à Hermenêutica e à Interpretação.

III À luz de um caso concreto, o texto legal é interpretado para dele extrair-se a norma jurídica individual.

IV As lacunas e deficiências do Direito não podem ser preenchidas pelo intérprete da lei.

V Aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário, quanto aos bens moveis que ele trouxer ou se destinarem a transporte para outros lugares.

A ⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

B ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

C ⇒ Apenas II, III e V estão corretas.

D ⇒ Apenas IV e V estão corretas.

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

=====

88) “Ao adquirir vigência, a lei torna-se obrigatória. Entretanto, encontra uma série de situações em curso no mundo jurídico: algumas em formação, outras já consolidadas. É necessário, portanto,

compatibilizar a nova lei com o estado de coisas existente no momento de seu ingresso”.

GOMES, José Jairo. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, São Paulo: Atlas, 2012, p. 52)

Nesse sentido, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I A lei nova poderá prever um conjunto de disposições transitórias para resolver as questões conflitantes das duas leis: a nova e a revogada.

II Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

III As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.

IV A lei em vigor não terá de respeitar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

V Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.

A ⇒ Apenas III, IV e V estão corretas.

B ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas I, II e V estão corretas.

D ⇒ Apenas a afirmação IV está correta.

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

=====

89) Com base no Estatuto do Idoso é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ Caso a entidade de atendimento cometa infração que coloque em risco os direitos assegurados aos idosos, o fato deverá ser comunicado à Delegacia de Polícia, para as providências cabíveis.

B ⇒ Sob pena de interdição, toda instituição que se dedica ao atendimento do idoso é obrigada a manter identificação externa visível.

C ⇒ O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção ao idoso terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por duas testemunhas.

D ⇒ Para defesa dos interesses e direitos protegidos no Estatuto do Idoso, são admissíveis todas as espécies de ação pertinentes.

E ⇒ Os crimes definidos na Lei 10.741/2003 são de ação pública incondicionada, não se aplicando os artigos 181 e 182 do Código Penal.

90) Na ocorrência de antinomia normativa ocorre um conflito de normas - que poderá ser real ou aparente.

Considere a busca de uma resposta normativa adequada para a lide, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** O conflito aparente pode ser resolvido por meio de adequado procedimento hermenêutico-interpretativo, cujos métodos foram estabelecidos pela doutrina.
- II** A Constituição prevalece sobre a lei ordinária, complementar, delegada e medida provisória, e estas prevalecem sobre o Decreto, a Portaria, o Regimento Interno e a Instrução.
- III** Uma pessoa adquire um eletrodoméstico e, ao usá-lo, verifica que não funciona. Pelo critério da hierarquia, aplica-se o art. 18 do Código de Defesa do Consumidor para o deslinde da questão.
- IV** Se as regras em conflito se encontrarem no mesmo nível hierárquico e tiverem sido positivadas simultaneamente, os critérios hierárquico e cronológico poderão ser invocados, juntamente, para a resolução do conflito.
- V** Em certos casos, uma solução pode ser indicada pela lei mais favorável a uma das partes envolvidas e, em situações extremas, pela assunção do critério do princípio supremo da justiça.

A ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

B ⇒ Apenas I, II e V estão corretas.

C ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas III, IV e V estão corretas.

E ⇒ Apenas a afirmação IV está correta.

91) Com base na Lei 8.069/90 e suas alterações, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

B ⇒ É necessária a oitiva do menor infrator antes de decretar-se a regressão da medida socioeducativa.

C ⇒ A medida aplicada por força de remissão poderá ser revista expressa e judicialmente, a qualquer tempo.

D ⇒ A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse do menor é, em princípio, do foro do detentor de sua guarda.

E ⇒ Não é vedado o repasse de recursos provenientes de organismos estrangeiros encarregados de intermediar pedidos de adoção internacional a organismos nacionais ou a pessoas físicas.

92) O espírito do Estatuto do Torcedor é equiparar o torcedor e o consumidor, o que resta claro no modelo de criação de direitos, responsabilidades e atribuições aos torcedores e dirigentes, especialmente, e pela expressa determinação em diversas passagens de aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Com base no texto acima, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I O papel destinado ao Ouvidor da Competição é o de defesa dos direitos do torcedor e não a prevalência dos interesses dos dirigentes esportivos e organizadores da competição.

II A publicidade e transparência na organização das competições esportivas não se sujeitam à fiscalização do Ministério Público.

III É direito do torcedor que o regulamento, as tabelas de competição e o nome do Ouvidor da Competição sejam divulgados até 30 dias antes de seu início.

IV É dever da entidade responsável pela organização da competição contratar seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador do ingresso que esteja dentro do estádio.

V As decisões proferidas pelos órgãos da Justiça Desportiva devem ser sempre motivadas e receber a mesma publicidade das decisões dos tribunais federais.

A ⇒ Apenas II, IV e V estão corretas.

B ⇒ Apenas II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas I, IV e V estão corretas.

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

93) Diante das necessidades humanas e dos interesses que precisam ser resguardados, é inevitável o aparecimento de conflitos. "A pacificação é o escopo máximo da jurisdição. Se o que importa é pacificar, torna-se irrelevante que a pacificação venha por obra do Estado ou por outros meios". (CINTRA, Antonio Carlos de Araujo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido. Teoria Geral do Processo, 1993, p. 29).

Diante dessa situação, foram criados mecanismos alternativos de pacificação social, sendo correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ A conciliação pode ser extraprocessual e endoprocessual. Na Constituição de 1988 é prevista a restauração da antiga Justiça de Paz, com atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional.

B ⇒ As partes nomearão um ou mais árbitros, sempre em número ímpar, não podendo nomear, entretanto, os respectivos suplentes.

C ⇒ A mediação é uma forma de abordar o conflito com a colaboração de um terceiro imparcial que auxilia as partes a interagir e descobrir, por si mesmas, uma solução.

D ⇒ A sentença arbitral deve preencher os mesmos requisitos exigidos pelo art. 458 do Código de Processo Civil para a sentença judicial.

E ⇒ Competirá ao árbitro ou ao tribunal arbitral, no início do procedimento, tentar a conciliação das partes. Se aceita, o fato será declarado mediante sentença arbitral.

94) À polícia civil, dirigida por Delegado de Polícia de carreira, incumbe, ressalvada a competência da União, a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, salvo as militares.

(ALVES, Vilson R. Resposn. Civil do E., 2001, p. 346)

Considere o texto, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I O Estado responde e presta indenização diante da morte de vítima baleada por Delegado em atividade de perseguição, no exercício de sua função.

II Não alegada e não comprovada, para elidi-la, a culpa exclusiva da própria vítima para evento danoso causado pelo agente estatal, é certa a responsabilidade civil do Estado de indenizar.

III Comprovada a relação de causalidade entre a atuação ou a omissão administrativa do Delegado de Polícia e o dano causado a terceiro, configura-se o dever do Estado de indenizar objetivamente o ofendido.

IV A responsabilidade do Estado por ato omissivo ou comissivo de seus agentes é objetiva, apesar da responsabilidade subjetiva do causador do dano para indenizar, em regresso, a Administração Pública, no caso de dolo ou culpa.

V A Administração Pública responde civilmente por atos negativos de seus agentes quando, por inércia em atender uma situação, que exigia a presença deles para evitar a ocorrência danosa, o dano sobrevém em decorrência dessa falta.

A ⇒ Apenas a afirmação V está correta.

B ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

C ⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas I, IV e V estão corretas.

E ⇒ Apenas II, III e IV estão corretas.

95) Consoante o que estabelece o Código de Defesa do Consumidor é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ O juiz não poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei.

B ⇒ Entre os princípios da Política Nacional das Relações de Consumo está o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

C ⇒ Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

D ⇒ A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

E ⇒ As delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo constituem instrumento para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo.

CRIMINOLOGIA

96) Quanto ao estatuto da disciplina Criminologia e sua relação com a Política criminal, é **correto** afirmar:

A ⇒ A Criminologia desenvolvida com base no chamado “paradigma etiológico”, de matriz positivista, e a Política criminal dela decorrente, exerceram influência marcante sobre vários níveis do sistema penal brasileiro (legal, doutrinário), exceto na execução penal.

B ⇒ A seletividade do sistema penal significa que a criminalização é desigualmente distribuída entre os vários grupos e classes sociais, apesar da prática de condutas legalmente definidas como crime ocorrer em todos eles e que a Lei, em princípio, é igual e geral para todos, resultando a desigualdade no momento da seleção dos criminosos pela Polícia, Ministério Público e Justiça.

C ⇒ A Criminologia desenvolvida com base no chamado “paradigma da reação ou controle social”, que origina a Criminologia crítica, estuda o sistema

penal, incluindo a agência policial, como parte integrante de seu objeto, e conclui que a seletividade estigmatizante é a lógica estrutural de seu funcionamento.

D ⇒ A obra “Dos delitos e das penas” (1764), de Cesar Beccaria, constitui a matriz mais autorizada do nascimento da Criminologia como uma disciplina autodenominada de “ciência” causal-explicativa da criminalidade.

E ⇒ A Criminologia é uma disciplina complexa e plural, pois existem diferentes paradigmas e teorias criminológicas que, desde o século XVII, se desenvolvem no mundo ocidental, inclusive na América Latina e no Brasil. Seu objeto varia de acordo com os diferentes paradigmas. Entretanto, seu método experimental tem permanecido constante.

=====

97) São referências de teorias penais e criminológicas latino-americanas e brasileiras que tiveram grande repercussão entre os anos 60 a 80 do século XX:

A ⇒ A Criminologia dialética desenvolvida pelos brasileiros Roberto Lyra (pai) e Roberto Lyra Filho.

B ⇒ Criminologia da Liberação desenvolvida em colaboração pelas Venezuelanas Lola Aniyar de Castro e Rosa Del Olmo.

C ⇒ A Sociologia do controle penal desenvolvida conjuntamente pelo argentino Roberto Bergalli e pelo chileno Eduardo Novoa Monreal.

D ⇒ O Realismo jurídico-penal marginal, a partir do ponto de vista de uma região marginal do poder planetário, desenvolvido pelo argentino Eugenio Raúl Zaffaroni.

E ⇒ A Criminologia radical desenvolvida pelo brasileiro Juarez Cirino dos Santos e As matrizes Ibéricas do Direito Penal brasileiro, desenvolvida conjuntamente pelos brasileiros Nilo Batista e Vera Malaguti W. de Souza Batista.

=====

98) Sobre as Teorias e Funções da pena é **correto** afirmar:

A ⇒ A LEP --Lei de Execução Penal brasileira adota a teoria da readaptação social dos condenados como função declarada da pena de prisão, uma teoria da pena e política criminal proveniente da criminologia crítica.

B ⇒ As penas constitucionalmente permitidas no Brasil são: privação ou restrição da liberdade, perda de bens, multa, prestação social alternativa, e suspensão ou interdição de direitos.

C ⇒ O código penal brasileiro vigente adota um sistema dualista quanto às teorias da pena, baseado na combinatória de retribuição e prevenção (geral e especial).

D ⇒ A criminologia crítica analisa as funções da pena a partir de distinções como funções declaradas e funções latentes, funções simbólicas e funções instrumentais da pena. Entre as funções instrumentais encontra-se a função de reprodução das desigualdades sociais no capitalismo.

E ⇒ As teorias da pena podem ser agrupadas em teorias legitimadoras e deslegitimadoras do poder de punir. Entre as primeiras encontram-se as teorias absolutas da retribuição e as teorias relativas da prevenção, com suas subclassificações internas. Entre as segundas encontram-se as teorias minimalistas-garantistas e abolicionistas.

=====

99) Sobre o sistema penitenciário brasileiro, de acordo com as últimas estatísticas realizadas pelo Ministério da Justiça - CNPCP (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária) através do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)/ Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) no ano de 2013, é **correto** afirmar:

A ⇒ Os crimes contra a pessoa (homicídio qualificado e simples, sequestro e cárcere privado) constituem aproximadamente 40% do total da população prisional brasileira, totalizando prisões provisórias e definitivas.

B ⇒ A população prisional brasileira é constituída, em sua esmagadora maioria, por homens, adultos jovens (predomina a faixa etária de 18 a 24 anos) e pobres. A clientela feminina, constituída também de mulheres adultas jovens e pobres cresce progressivamente, sobretudo em virtude da criminalização feminina pelo crime de tráfico de drogas.

C ⇒ A população prisional brasileira hoje, totalizando prisões provisórias e definitivas, está entre as 3 (três) maiores no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos da América e a China.

D ⇒ Os crimes contra o patrimônio (principalmente roubo qualificado e simples, furto qualificado e simples, extorsão mediante sequestro, extorsão e latrocínio) constituem aproximadamente 25% e o crime de tráfico ilícito de entorpecente incluído o tráfico internacional (Art. 33 da Lei 11.343/06) constitui aproximadamente 25% do total da população prisional brasileira, totalizando prisões provisórias e definitivas.

E ⇒ A população prisional brasileira hoje, totalizando prisões provisórias e definitivas, presos cumprindo pena em estabelecimentos prisionais e

delegacia de polícia é de 400.000 presos aproximadamente.

=====

100) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06) e a Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/90) no Brasil é **correto** afirmar:

A ⇒ O tráfico ilícito de entorpecentes está entre as condutas mais criminalizadas pelo sistema penal brasileiro, conforme estatísticas oficiais da clientela prisional realizadas pelo Ministério da Justiça em 2013.

B ⇒ O tráfico ilícito de entorpecentes é crime hediondo punido com pena de reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos.

C ⇒ O tráfico ilícito de entorpecentes é crime insuscetível de anistia, graça e indulto, mas suscetível de fiança.

D ⇒ O porte de drogas para consumo pessoal é tipificado no artigo 28 da lei de drogas mas não é mais punido com pena de prisão nem submetido à prisão em flagrante, mas à medida de internação compulsória.

E ⇒ Divide-se a doutrina sobre a natureza jurídica da atual redação do artigo 28 da lei de drogas: a) o porte de drogas para consumo próprio foi descriminalizado, não sendo mais considerado crime; b) foi despenalizado; c) foi descarcerizado e d) é inconstitucional. A posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal é a da letra "a".

MEDICINA LEGAL

101) Com relação aos ferimentos produzidos por projéteis de arma de fogo, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

I O orifício de entrada é maior que o de saída, as bordas são invertidas e há abundante sangramento.

II O orifício de saída não apresenta o halo de enxugo, as bordas são evertidas e, normalmente, tem diâmetro maior do que o de entrada.

III O orifício de entrada nos tiros a curta distância apresenta forma arredondada ou elíptica, bordas invertidas, orla de escoriação, zona de tatuagem, zona de esfumaçamento zona de queimadura, halo de enxugo, aréola equimótica e zona de compressão de gases.

IV São componentes do orifício de saída a orla de escoriação, a orla de enxugo, a zona de tatuagem e a zona de esfumaçamento.

A ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

B ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

C ⇒ Apenas I, II e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas I e IV estão corretas.

E ⇒ Apenas II e III estão corretas.

=====

102) Assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ A esganadura apresenta sulco de profundidade uniforme, em sentido horizontal e sem interrupção.

B ⇒ O estrangulamento apresenta sinais de equimose e escoriações nos dois lados do pescoço.

C ⇒ O enforcamento apresenta, na maioria das vezes, sulco único, situado na posição posterior do pescoço, com direção oblíqua e descontínua, interrompendo-se na parte superior, nas proximidades do nó.

D ⇒ O enforcamento apresenta, na maioria das vezes, sulco múltiplos de profundidade uniforme e sem interrupção.

E ⇒ O estrangulamento apresenta sulco na posição posterior do pescoço, de profundidade uniforme e interrupção na parte superior, nas proximidades do nó.

=====

103) O deslocamento de dois ossos, cuja superfície de articulação deixa de manter sua relação de contato, é denominado:

A ⇒ escoriação.

B ⇒ entorse.

C ⇒ luxação.

D ⇒ rubefação.

E ⇒ fratura.

=====

104) Segundo a melhor doutrina, pode-se considerar que "*Documento é toda anotação escrita que tem a finalidade de reproduzir e representar uma manifestação de pensamento*".

Dentre os documentos médicos legais temos as seguintes descrições:

- É declaração simples, por escrito, de um fato médico e de suas possíveis consequências, feitas por qualquer médico que esteja no exercício regular de sua profissão e que tem o propósito de suge-

rir um estado de doença, para fim de licença, dispensa ou justificativa de falta de serviço.

- Comunicações compulsórias feitas às autoridades competentes, pelo médico, de um fato profissional, por necessidade sanitária e social sobre moléstia infectocontagiosa, doença de trabalho e a morte encefálica.

- Intercessão no decurso de um processo, por estudioso médico legal, nomeado para intervir na qualidade de perito, para emitir suas impressões e responder aos quesitos formulados pelas partes.

- Descrição minuciosa de uma perícia médica, feita por peritos oficiais, requisitada por autoridade policial ou judiciária frente a um inquérito policial. É constituído de preâmbulo, quesitos, histórico ou comemorativo, descrição, discussão conclusão e resposta dos quesitos.

As definições acima se referem, respectivamente, a:

A ⇒ atestado, notificação, parecer médico-legal e relatoria médico-legal.

B ⇒ parecer médico-legal, notificação, atestado e relatoria médico-legal.

C ⇒ atestado, parecer médico-legal, relatoria médico-legal e notificação.

D ⇒ relatoria médico-legal, notificação, relatoria médico-legal e atestado.

E ⇒ atestado, relatoria médico-legal, parecer médico-legal e notificação.

=====

105) Com relação ao processo de putrefação do corpo humano, analise as afirmações a seguir.

I *Durante a fase denominada cromática, ocorre o sinal mais precoce da putrefação que se caracteriza pela formação de uma mancha verde, comumente iniciada na fossa ilíaca direita e que se difunde por todo abdome.*

II *O período coliquativo, último da decomposição pela putrefação, manifesta-se com a dissolução pútrida das partes moles e dos ossos, devido à ação de bactérias e da fauna necrófaga.*

III *É na fase da esqueletização que a fauna cadavérica e o meio ambiente destroem os resíduos tissulares, expondo os ossos que ficam presos apenas por alguns ligamentos. Este período varia de 3 a 5 anos.*

IV *A fase gasosa se dá com o surgimento dos gases de putrefação, formando flictenas na epiderme, contendo líquido hemoglobínico*

Assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

B ⇒ Apenas I, III e IV estão corretas.

C ⇒ Apenas II e IV estão corretas.

D ⇒ Apenas III e IV estão corretas.

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

106) De acordo com a Lei 6843/86, são infrações disciplinares, puníveis com repreensão, **exceto**:

A ⇒ Deixar de saldar dívidas legítimas ou de pagar com regularidade pensões a que deseja obrigado por decisão judicial.

B ⇒ Manter relação de amizade ou exibir-se em público, habitualmente, com pessoa de má reputação.

C ⇒ Simular doença para esquivar-se ao cumprimento do dever.

D ⇒ Apresentar-se ao serviço sem estar decentemente trajado e sem condições satisfatórias de higiene pessoal.

E ⇒ Demonstrar falta de espírito de cooperação e de solidariedade para com os companheiros de trabalho, em assunto de serviço.

=====

107) De acordo com a LEI Nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, assinale a alternativa **correta**.

A ⇒ Haverá substituição nos casos de impedimento de ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança.

B ⇒ Readaptação é a volta do funcionário ao cargo por ele anteriormente ocupado, em consequência de reintegração decretada em favor de outrem ou, sendo estável, quando inabilitado no estágio probatório em outro cargo efetivo para o qual tenha sido nomeado ou, ainda, quando for declarada indevida a transferência, a promoção por antiguidade e o acesso.

C ⇒ A readaptação acarretará decurso ou aumento de remuneração.

D ⇒ A readaptação implica em mudança de cargo e não terá prazo certo de duração.

E ⇒ O servidor do Poder Executivo que for redistribuído poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central de pessoal, e ter exercício permanente em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento.

108) De acordo com a Lei n. 12.830, de 20 de junho de 2013, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa **correta**.

- I** O cargo de delegado de polícia é privativo de bacharel em Direito, devendo-lhe ser dispensado o mesmo tratamento protocolar que recebem os magistrados, os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público e os advogados.
- II** O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.
- III** O inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação.
- IV** Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia a requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.
- V** Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal por meio de inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.

A ⇒ Apenas IV e V estão corretas.

B ⇒ Apenas I, II, III e V estão corretas.

C ⇒ Apenas I, II e III estão corretas.

D ⇒ Apenas II e III estão corretas.

E ⇒ Todas as afirmações estão corretas.

109) De acordo com a LEI Nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, no que se refere as hipóteses de afastamento e suspensão do exercício de suas atividades, é correto afirmar, **exceto**:

A ⇒ O afastamento do funcionário, desde que ocupante de cargo de provimento efetivo, para o exercício de mandato legislativo municipal, só ocorrerá quando a representação deva ser exercida em localidade diversa de sua sede funcional ou por incompatibilidade de horário e limitar-se-á ao período de Sessões da Câmara de Vereadores.

B ⇒ O funcionário estável somente poderá ser posto à disposição para prestar serviços técnicos ou especializados nos planos federal, estadual ou municipal e respectivas autarquias, inclusive entidades paraestatais, sem ônus para o Estado.

C ⇒ O início do exercício e a suspensão do servidor serão registrados no assentamento individual do funcionário.

D ⇒ Será concedido ao funcionário período de trânsito, considerado como de exercício, nunca superior a 30 (trinta) dias, para as providências relativas à mudança de local de trabalho e residência.

E ⇒ Além das hipóteses legalmente admitidas, o funcionário poderá ser autorizado a afastar-se do exercício, com prazo certo de duração e sem perda de direitos, para a elaboração de trabalho relevante, técnico ou científico.

110) De acordo com a LEI Nº 6.843, de 28 de julho de 1986, marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () Compete ao Chefe do Poder Executivo prover os cargos públicos da Polícia Civil.
- () A posse se dá no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do ato de nomeação pelo Diário Oficial do Estado. Este prazo pode ser prorrogado, no máximo por mais 30 (trinta) dias, pela autoridade competente para dar posse a requerimento do interessado ou, em caso de doença, enquanto durar o impedimento.
- () Ninguém pode ser empossado em cargo de provimento efetivo da Polícia Civil, sem declarar que não exerce outro cargo ou função pública ou sem provar que solicitou exoneração ou dispensa, salvo acumulação legal.
- () O exercício do cargo, sob pena de exoneração, tem início no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da posse ou publicação oficial do ato, nos demais casos. O prazo deste artigo pode ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, a requerimento do interessado e a juízo do Superintendente da Polícia Civil.
- () O início do exercício e as alterações nele ocorridas são comunicadas pelo Chefe da repartição ou serviço, ao órgão competente registradas em assentamento individual do funcionário.
- () A promoção interrompe o exercício, contado, na nova classe, a partir da data da publicação do ato.
- () O policial civil pode se ausentar do Estado para estudo apenas sem ônus para os cofres públicos e com autorização expressa ou designação do Superintendente da Polícia Civil.

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ F - F - V - V - F - V - V

B ⇒ V - F - F - F - F - V - V

C ⇒ V - F - V - F - V - F - V

D ⇒ V - V - V - V - V - F - F

E ⇒ F - V - F - V - F - V - F

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

Uma das questões sociais que mais afligem os dias de hoje é a da incapacidade de controlar o uso de drogas ilícitas, e, mais ainda, os baldados esforços para dar um fim, ou minimamente reduzir a níveis socialmente aceitáveis o sinistro sistema criminal que faz essas drogas circularem por todo o mundo, com uma logística de uma eficiência impressionante. É muito comum se dizer que o mercado ilegal das drogas é, atualmente, um dos mais vastos setores da economia mundial; todavia, é apenas uma fatia do sistema de operação da indústria do crime organizado, que funciona em vários setores, utilizando-se de redes e mecanismos semelhantes, para terem aparência de operações limpas e legais. Como os diferentes setores econômicos, mormente os ilegais, se movimentam tanto no mercado formal como no informal e constroem setores legais e ilegais, claro está que facilmente conectam instituições governamentais ao comércio de drogas, penetrando este último nos setores legais da sociedade. Esses setores frequentemente exercem suas atividades na economia formal, mas auferem uma parte considerável de seus lucros a partir das operações do tráfico de drogas e de outros tráficos. Tais atividades são diversificadas uma vez que se concretizam junto com outras ações criminosas, tais como o roubo de determinados bens utilizáveis como moeda de troca na aquisição das drogas. Essas atividades também seguem as redes financeiras para a lavagem do dinheiro oriundo de uma variada gama de atividades ilegais, como a corrupção governamental, o contrabando, o tráfico de armas etc. Isso é muito evidente quando se lança um olhar mais acurado nos negócios realizados pelas redes de bancos, nas companhias que operam no mercado imobiliário, ou nas empresas de transporte, as quais fornecem serviços para os negócios ilegais e as principais ligações para a lavagem do dinheiro sujo. Mas isso não é um mercado aberto a todos. Muito pelo contrário, mesmo aqueles que sempre agiram na ilicitude só serão admitidos em tais segmentos altamente lucrativos se tiverem o beneplácito daqueles cujo status nessas redes criminosas seja o mais elevado. Assim, numa situação de pouco crescimento econômico, um número maior de pessoas pode ser atraída à arriscada indústria do crime e passar a organizar as suas operações de

modo a obstruir as ações policiais e o processo judicial, dando vazão ao jogo sujo e necessariamente violento das atividades contra e fora da lei.

TEMPONE, Victor. Disponível em:
<http://pontonulonotempo.blogspot.com.br/2012/08/trafico-de-drogas-e-violencia-urbana.html>. Acesso em 21/05/2014.
Fragmento adaptado.

111) Em relação ao texto 1, analise as afirmações a seguir.

- I** Os setores econômicos legais e ilegais se movimentam igualmente e na mesma proporção no mercado formal e informal.
- II** As atividades da economia formal obtêm expressiva parte de seus lucros no comércio de drogas e de outros produtos ilegais.
- III** As redes financeiras oferecem mecanismos de lavagem de dinheiro obtido no tráfico, no contrabando e na corrupção governamental.
- IV** O envolvimento em ações ilícitas constitui-se em beneplácito para garantir o acesso aos escalões mais elevados da corrupção.
- V** O autor defende a tese de que, numa situação de baixo crescimento da economia, criam-se condições favoráveis ao aumento da criminalidade.

Todas as afirmações **corretas** estão em:

- A** ⇒ I - II - III
- B** ⇒ I - III - IV
- C** ⇒ II - III - V
- D** ⇒ II - IV
- E** ⇒ III - V

112) Considerando o texto 1, é **correto** afirmar que o mercado das drogas ilícitas:

- A** ⇒ sobrevive graças à corrupção de agentes públicos.
- B** ⇒ monopoliza todos os setores da economia altamente rentável.
- C** ⇒ é controlado por instituições formais do mercado aberto, entre as quais as que operam no mercado imobiliário.
- D** ⇒ permeia todos os setores das atividades legais, incluindo instituições financeiras e empresas de transporte.
- E** ⇒ é apenas uma parcela do crime organizado.

113) Na frase “*Uma das questões sociais que mais afligem os dias de hoje é a da incapacidade de controlar o uso de drogas ilícitas, e, mais ainda, os baldados esforços para dar um fim, ou minimamente reduzir a níveis socialmente aceitáveis o sinistro sistema criminal que faz essas drogas circularem por todo o mundo, com uma logística de uma eficiência impressionante*”, a conjunção “e” tem a função de:

A ⇒ introduzir duas orações coordenadas explicativas separadas pela conjunção “ou”.

B ⇒ correlacionar o sujeito “que mais afligem os dias de hoje” com o núcleo do predicado “uso de drogas”.

C ⇒ estabelecer uma oposição entre o uso de drogas e o sistema criminal que faz as drogas circularem.

D ⇒ enfatizar o sentido do que se afirma nas duas orações anteriores.

E ⇒ coordenar dois sintagmas nominais que exercem a função de predicativo do sujeito, representado por “uma das questões sociais que mais afligem os dias de hoje”.

114) Assinale a alternativa que substitui convenientemente os elementos destacados em negrito, respeitadas as eventuais mudanças na forma verbal.

- A cobradora devolveu **os cheques** aos clientes.
- Se for preciso, vamos convocar **outros dois atletas**.
- O chefe perdoa **aos funcionários** os pequenos deslizes.
- Enviaram a eles **três pacotes de sanduíches**.
- Faz dias que não vejo **minha irmã** sair cedo.

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ lhes - os - os - lhes - la

B ⇒ os - los - lhes - nos - a

C ⇒ os - los - os - lhes - lhe

D ⇒ lhes - os - lhes - os - a

E ⇒ lhes - os - los - los - lhe

115) Assinale a alternativa em que o acento gráfico é determinado pela mesma regra.

A ⇒ índios, vácuo, mágoa, eloquência, espécie.

B ⇒ Piauí, dendê, carijó, pôs, bênção.

C ⇒ características, próprio, fracionários, sádico, encontrá-la-emos.

D ⇒ louvável, jôquei, revólver, quiséssemos, conferência.

E ⇒ renegá-la, período, juízes, maracujás, armazéns.

116) Assinale a alternativa **correta** quanto à pontuação.

A ⇒ – D. Salomé, a senhora enfrentou, sozinha, a fraqueza de seu filho, não foi?

B ⇒ Os doentes esperam angustiados, os resultados dos exames feitos hoje cedo.

C ⇒ Embora tenha constantes problemas de falta d’água, aquela praia recebe durante o verão, muitos paulistas.

D ⇒ O domínio das novas tecnologias, alteraram de modo profundo, as relações comerciais internacionais.

E ⇒ Hoje não se vêem, mulheres pobres, lavando roupa em tinas, alheias, nem em córregos e rios.

Texto 2

Brasil vive tragédia na segurança pública, diz especialista.

O Brasil vive uma tragédia na área da segurança pública, afirmou hoje o especialista Ricardo Ballestreri, durante seminário na Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa (Laad Security 2014), que reúne até quinta-feira no Riocentro, zona oeste da capital fluminense, empresas fabricantes e fornecedores nacionais e internacionais de tecnologia, equipamentos e serviços. Segundo ele, a falta de recursos, de políticas públicas para o setor e de investimento nas carreiras policiais contribuem para que anualmente o país perca em torno de 53 mil vidas desnecessariamente.

“Estamos matando por ano, no país, quase uma cidade de médio porte. São quase 100 mil pessoas entre homicídios e mortes no trânsito. São 53 mil homicídios por ano”, comentou ele. “É uma desgraça constante e crônica na área da segurança. Não é qualquer tipo de morte, estamos eliminando anualmente toda uma geração de jovens: em geral, negros, pobres, na faixa dos 14 aos 24 anos”, ressaltou.

Comprar mais armas, viaturas, rádios e coletes apenas, sem tecnologia de ponta, como sistemas de comando e controle, vídeo e monitoramento, aparelhamento e treinamento dos policiais, é fazer mais do mesmo, segundo ele. “Não teremos a me-

nor chance de reduzir o número de mortes, nem dos demais crimes que assolam hoje a sociedade brasileira, se não tivermos mais seriedade na gestão pública. Comprar apenas apetrechos é manter a política do espetáculo, que é a do tiroteio, do chute na porta, da quantidade de prisões e, ao final, o resultado é pífio”, comentou. (...)

Outro problema também relatado no seminário foi a ineficiência dos inquéritos policiais. “Menos de 8% em média dos crimes são apurados e menos de 2% são punições de homicídios. Cerca de 98% das mortes dolosas no Brasil não são punidas. A impunidade é quase absoluta”, lamentou ao se referir às polícias brasileiras como “meias polícias”, que fazem trabalhos incompletos e se atrapalham entre si. “Não defendo a unificação das polícias, mas do ciclo de trabalhos das polícias”, declarou.

O palestrante disse que a Polícia Civil transformou-se em mero cartório de registros e de procedimentos, já que os delegados hoje são juizes de instrução sem poder, segundo ele. “As polícias precisam ser divorciadas, fazendo trabalhos especializados e completos, cada um na sua área e cada um com seu cartório próprio”, argumentou. Para ele, a Polícia Civil, que é numericamente menor, deveria se especializar nos crimes mais sofisticados, como crimes contra a pessoa, colaborar com a Polícia Federal contra lavagem de dinheiro e crime organizado, entre outros. Já a Polícia Militar ficaria responsável pelos crimes ordinários, fazendo inclusive o trabalho cartorial e investigativo que hoje é feito pela Polícia Civil. (...)

VILELLA, Flávia. Disponível em:

<http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-04/brasil-vive-tragedia-na-seguranca-publica-diz-especialista>.
Publicado em 08/04/2014. Acesso em 20/05/2014. Adaptado.

=====
117) Sobre o texto 2, **todas** as alternativas estão corretas, **exceto** a:

A ⇒ Certas atribuições que hoje são exclusivas da Polícia Civil, como o trabalho cartorial de registro e procedimentos, deveriam ficar sob a responsabilidade da Polícia Militar, defende Ricardo Balestreri.

B ⇒ Segundo Balestreri, comprar armas, viaturas, rádios e coletes, sem investir em sistemas de comando e controle, vídeo e monitoramento, aparelhamento e treinamento dos policiais, traz pouco resultado no combate à criminalidade.

C ⇒ O especialista em segurança pública, Ricardo Balestreri, defende a unificação das polícias como meio de fazer trabalhos especializados e completos.

D ⇒ No Brasil, mais de 50 mil homicídios ocorrem anualmente, eliminando uma geração de jovens, principalmente negros e pobres, na faixa dos 14 aos 24 anos.

E ⇒ Os inquéritos policiais têm-se revelado altamente ineficientes, uma vez que menos de 10% dos crimes são apurados e, dentre esses, apenas 25% deles resultam em punições de homicídios.

=====
118) Considerando o que se afirma no texto 2, marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () *As empresas fabricantes e fornecedores nacionais e internacionais de tecnologia, equipamentos e serviços querem que o Brasil aumente os investimentos em segurança pública.*
- () *Os estudos revelam que, no Brasil, mais de 90% das mortes dolosas não são punidas.*
- () *Para Balestreri, os crimes ordinários não deveriam ser investigados pela Polícia civil.*
- () *Considerando que as polícias fazem trabalhos incompletos e se atrapalham entre si, os inquéritos policiais são ineficientes.*
- () *A Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa, realizada no Rio de Janeiro em 2014, teve cerca de 100 visitantes.*
- () *No Brasil a chance de reduzir o número de mortes e dos demais crimes que assolam hoje a sociedade brasileira é mínima porque a gestão pública não é séria.*

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

A ⇒ F - F - V - F - V - V

B ⇒ V - F - F - V - V - V

C ⇒ V - V - F - V - F - F

D ⇒ F - V - V - V - F - V

E ⇒ F - F - V - V - V - F

=====
119) Com relação aos segmentos extraídos do texto 2, é **correto** o que se afirma em:

A ⇒ O período “Não teremos a menor chance de reduzir o número de mortes, nem dos demais crimes que assolam hoje a sociedade brasileira, se não tivermos mais seriedade na gestão pública” é composto por três orações, uma das quais exerce a função de advérbio de causa.

B ⇒ Na frase “Para ele, a Polícia Civil, que é numericamente menor, deveria se especializar nos crimes mais sofisticados, como crimes contra a pessoa, colaborar com a Polícia Federal contra lavagem de dinheiro e crime organizado, entre ou-

tros”, o pronome relativo “que” retoma Polícia Civil e exerce a função de sujeito do verbo “é”.

C ⇒ No trecho “(...) a falta de recursos, de políticas públicas para o setor e de investimento nas carreiras policiais contribuem para que anualmente o país perca em torno de 53 mil vidas desnecessariamente”, o verbo “perca” deveria estar flexionado na terceira pessoa do plural do presente do subjuntivo para que houvesse concordância com o sujeito “53 mil vidas”.

D ⇒ Em “(...) lamentou ao se referir às polícias brasileiras como ‘meias polícias’, que fazem trabalhos incompletos e se atrapalham entre si”, o termo “entre si” é redundante.

E ⇒ Na frase “O palestrante disse que a Polícia Civil transformou-se em mero cartório de registros e de procedimentos, já que os delegados hoje são juízes de instrução sem poder”, a locução conjuntiva “já que” pode ser substituída pela expressão “dos quais” sem que ocorra modificação no sentido.

=====

120) Assinale a frase **correta** quanto às normas da língua escrita padrão.

A ⇒ Vou dizer o problema de intérpretes de Libras, por exemplo, que eles demandam que a gente contrate profissionais de nível superior se não haverão problemas de adequação na tradução da língua.

B ⇒ Compreendemos que a Universidade deve ser um polo de fomentação cultural e científica, onde se discuta e problematize as necessidades mais prementes dos trabalhadores e trabalhadoras.

C ⇒ Nas primeiras reuniões realizadas em maio, com a presença de mais de setenta pessoas, foi delineado quais os primeiros princípios que nortearam nossa atuação, sendo posteriormente dividido o grupo em frações que irão trazer propostas para a segunda jornada de discussões.

D ⇒ As versões são contraditórias, mas, segundo a polícia, a ocorrência teria sido registrada após um desentendimento entre os envolvidos, durante o qual a vítima foi violentamente espancada.

E ⇒ Isso aconteceu com nós diversas vezes onde o principal problema é a falta de investimento em infraestrutura anelrodoviária, trazendo assim dificuldades de deslocamento urbano.